



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019

PROCESSO FESPORTE 01776/2019

Modalidade: Pregão, na forma eletrônica.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para organização e realização de evento esportivo de corrida de rua em comemoração a reinauguração da Ponte Hercílio Luz.

Envio de proposta	A partir das 13:00 Horas do dia 30/11/2019
Abertura da sessão	A partir das 13:30 Horas do dia 12/12/2019
Início da disputa	A partir das 13:45 Horas do dia 12/12/2019

OBSERVAÇÕES:

Qualquer interessado na licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet acessando o endereço eletrônico www.portaldecompras.sc.gov.br clicando diretamente no link do edital.

PARTICIPAÇÃO: os interessados em participar do pregão eletrônico deverão estar previamente credenciados junto ao Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificados para fornecimento do objeto ou serviço (Grupo-Classe) correspondente.

CADASTRO DE FORNECEDOR: O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível na página eletrônica da Secretaria de Estado da Administração endereço www.sea.sc.gov.br - “Licitações” - “Fornecedores” ou diretamente pelo endereço www.portaldecompras.sc.gov.br – “Fornecedores”.

QUESTIONAMENTOS:

1) Pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até dois dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br, quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou <http://e-lic.sc.gov.br>, quando acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

2) Fornecedores cadastrados, para esclarecimentos referentes ao processo licitatório, ao efetuar o login e acessar o link do processo, selecionando painel de controle botão Fórum.

IMPUGNAÇÕES: Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou <http://e-lic.sc.gov.br>, selecionando painel de controle botão Impugnações.

PEDIDO DE VISTAS: Qualquer interessado poderá fazer vistas ao processo licitatório por intermédio do Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico – SGPE, no endereço eletrônico <https://sgpe.sea.sc.gov.br>, no link Consulta de Processos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: As referências de tempo observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0088/2019

PROCESSO FESPORTE 01776/2019

A Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, com sede na Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79, Bairro Capoeiras – Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 73.360.505/0001-30, por intermédio de seu Presidente, torna público que fará realizar licitação na **modalidade pregão**, do tipo menor preço, na forma eletrônica, para selecionar proposta objetivando a contratação de pessoa jurídica para organização e realização de evento esportivo de corrida de rua em comemoração a reinauguração da Ponte Hercílio Luz, conforme especificações e condições gerais de fornecimento e execução contidas neste Edital e seus Anexos. Nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).

1.2 – A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela INTERNET, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação – em todas as etapas do certame.

1.3 – O pregão, na forma eletrônica, será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, que atuará como provedor do Sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração e Gestão de Materiais – SAGMS.

1.4 – Os trabalhos serão conduzidos por servidores da Fundação Catarinense de Esporte, denominados pregoeiro e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e *senha* no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.

1.5 – Envio de proposta: a partir das 13:00 horas do dia 30/11/2019.

1.6 – Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 12/12/2019.

1.7 – Início da disputa: a partir das 13:45 horas do dia 12/12/2019.

1.8 – Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no Sistema eletrônico.

1.9 – Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Quadro de quantitativos e especificações mínimas;

Anexo II – Layout dos itens;

Anexo III – Condições de Fornecimento;

Anexo IV – Modelo de Proposta de Preços eletrônica;

Anexo V – Identificação dos envelopes, amostras e prospectos;

Anexo VI – Recibo de Documentos Adicionais, amostras e prospectos;

Anexo VII – Informações da empresa vencedora para contratação;

Anexo VIII - Minuta do Contrato.

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – Do Objeto

2.1.1 - A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando a contratação de pessoa jurídica para organização e realização de evento esportivo de corrida de rua em comemoração a reinauguração da Ponte Hercílio Luz, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos **Anexos I, II e III** e demais condições gerais de fornecimento e execução contidas neste Edital e seus demais Anexos.



2.1.2 – O Órgão Gerenciador, Fundação Catarinense de Esporte/FESPORTE não se obriga a adquirir o objeto e as quantidades definidas neste edital.

2.2- Da execução da Licitação

O processo da licitação pela Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE, será na qualidade de promotora, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades da mesma.

2.3 – Do Convênio ICMS nº 26/03

2.3.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.3.2 – Nos termos do Convênio ICMS 26/03, quando se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2.3.3 – Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, **informar a respectiva alíquota** via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.3.4 – A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

- a) A aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;
- b) A aquisição for efetuada com empresa sediada em outros estados;
- c) O objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

2.3.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem as exigências estabelecidas neste edita, nos seguintes termos:

3.1.1 - Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas para o exercício de atividade econômica pertinente ao objeto, que atendam às demais condições de habilitação do edital.

3.2 – **Não será admitida a participação de:**

3.2.1 – empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;

3.2.2 – empresas em consórcio;

3.2.3 – empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.4 – empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina - SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.5 – empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.6 – empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

4.1 – Coordenar o processo licitatório;



- 4.2 – Receber, examinar e encaminhar as impugnações devidamente instruídas à autoridade superior;
- 4.3 – Receber, examinar e responder os questionamentos ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- 4.4 – Conduzir a sessão pública na internet;
- 4.5 – Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- 4.6 – Dirigir a etapa de lances;
- 4.7 – Verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.8 – Receber a documentação adicional quando necessário;
- 4.9 – Receber, examinar e encaminhar os recursos devidamente instruídos à autoridade superior para deliberação;
- 4.10 – Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- 4.11 – Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação; e
- 4.12 – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 5.1 – As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema eletrônico emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.
 - 5.1.1 – Atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado em participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no **Anexo I**.
 - 5.1.2 – Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.
- 5.2 – O procedimento para inscrição e alterações, no Cadastro Geral de Fornecedores, encontra-se disponível no *site* do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no *link* “Fornecedores”.
- 5.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no Sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.
- 5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - 5.4.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do Sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao Sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
 - 5.5.1 – Para o correto funcionamento do Sistema recomenda-se os seguintes requisitos mínimos:
 - a) Conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;
 - b) Navegador Internet Explorer 8, ou 9 com Modo de Compatibilidade ativado, com Javascript habilitado e *PO-UPS* liberados (não bloqueados).

6 – DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 6.1 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do Sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.
 - 6.1.1 – O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.ciasc.gov.br/>, na área de acesso restrito.



6.2 – Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

6.2.1 – Quando a licitante for beneficiária da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, deverá manifestar em campo próprio do Sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei.

6.2.2 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.

6.2.3 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2.4 – A licitante não poderá se identificar (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, email, site da empresa, etc.) nesta proposta comercial, **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA MESMA.**

6.2.4.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

6.3 – Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

6.4 – As licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do Sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.5 – As licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.6 – O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedoros terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 – Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro.

7.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

7.3 – O pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

7.4 – No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.5 – Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

8 – DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

8.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, as licitantes interessadas deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo Anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.2 – Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.3 – As licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.

8.4 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

8.5 – Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida:

a) Para cada item, o preço unitário do item, com 2 (duas) casa decimais, expresso em reais, no campo “valor da proposta”;



8.5.1 – Caso seja solicitado e couber ao objeto, conforme **Anexo IV** – modelo da proposta de preços eletrônica, deverá ser indicado se couber fabricante/representante, procedência, marca e/ou modelo do objeto cotado no campo correspondente a cada item, sob pena de desclassificação. Nos casos em que a marca coincidir com o nome da empresa o campo deverá ser preenchido com a expressão “Marca Própria”.

8.5.2 – A proposta de preços com base nas especificações constantes deste edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e endereço eletrônico (e-mail).

8.6 – As licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas, junto ao Cadastro Geral de Fornecedores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens divulgadas via “CHAT” ou emitidas pelo Sistema junto ao seu endereço eletrônico (e-mail).

8.7 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes a aquisição do objeto, bem como **taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes** sobre o mesmo.

8.8 - A licitante vencedora do certame, quando houver Cotação de Proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, após a adjudicação, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 1 dia útil, contado a partir da convocação do pregoeiro.

8.9 – Após a contratação, na aquisição do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no **Anexo I** do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

8.10 – Os valores serão preenchidos no campo Valor Unitário, que agrupará um Valor total, quando houver Cotação de Proposta por Lote, sendo esse, o qual será disputado e efetivado o lance, porém alertamos que o equilíbrio do desconto concedido no lance do lote obrigatoriamente refletirá nos itens inclusos a ele.

8.11 – A proposta apresentada de acordo com o modelo constante no **Anexo IV** deste edital, deverá obrigatoriamente conter:

- a) A identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes do **Anexo I** do presente edital, informando as características, marca do produto cotado/oferecido, quando couber, e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar se as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;
- b) O preço unitário de cada item e o total global expresso em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais;
- c) O prazo de validade de proposta será de 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão, podendo ser prorrogado conforme necessidade;
- d) O prazo de fornecimento cotado será de 12 meses a contar da publicação da ata de registro de preços.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico momento o qual o Sistema disponibilizará campo próprio (*CHAT*) para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

9.2 – O pregoeiro verificará propostas eletrônicas de preços apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2.1 – A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.2 – O Sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

9.3 – A partir do horário previsto no edital o pregoeiro dará início à fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT*.

9.3.1 – O pregoeiro abrirá o item/lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do Sistema eletrônico.

9.3.2 – Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.



9.4 – As licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema eletrônico, em campo próprio, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link “histórico de lances”.

9.5 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos somente inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

9.5.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro.

9.6 – Somente a licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”.

9.7 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.7.1 – O Sistema não identificará os autores dos lances podendo visualizar valores e horários registrados no link “histórico de lances”.

9.8 – O pregoeiro abrirá os itens/lotos para a recepção de lances, conforme estabelecido no edital.

9.8.1 – Após aberto os itens/lotos da sessão pública para disputa, a recepção de lances terá duração mínima de 5 (cinco) minutos, e será encerrada por decisão do pregoeiro.

9.8.2 – O Sistema eletrônico emitirá aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual, será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.8.3 – Depois de encerrados, automaticamente, os itens/lotos para a recepção de lances, por comando do pregoeiro, encerrar-se-á a fase competitiva (etapa da disputa) e o Sistema eletrônico emitirá aviso via *CHAT* iniciando as fases de negociação, aceitabilidade e habilitação.

9.9 – O Sistema, automaticamente, verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006. Na sequência o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.9.1 – Poderá o pregoeiro, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo Sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.9.2 – A negociação será realizada por meio do Sistema de troca de mensagens (*CHAT*), podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.10 – Ocorrendo o empate, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.10.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;

9.10.2 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o Sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

b) o Sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 3 (três) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 9.11 – O disposto no subitem 9.10 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 9.12 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 9.10, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 9.13 – Sendo primeira colocada do item ou lote empresa que se enquadra na isenção de ICMS, prevista no convênio nº 26/03, esta deverá informar a respectiva alíquota, via comunicação “CHAT”, depois de encerrada a disputa de lances.
- 9.14 – Após encerramento da sessão, quando houver cotação de proposta por lote, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários,
- 9.14.1 – Após o encerramento da fase de lances, antes da habilitação, quando a licitação for cotada por item, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, após a convocação do Pregoeiro, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal, observado o que consta no subitem 2.2.
- 9.18 – Iniciada a etapa de habilitação da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no item 10 deste edital.
- 9.19 – O Sistema anunciará a licitante vencedora após adjudicação, ou, quando houver recursos, após a homologação.
- 9.20 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital.
- 9.21 – Após encerramento da sessão, a licitante vencedora do certame, deverá, obrigatoriamente, detalhar, no Sistema eletrônico, sua proposta readequada, com os respectivos valores unitários, no prazo de 1 dia útil, contado da data de encerramento da sessão, objetivando a emissão do contrato, nota de empenho e do documento fiscal.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF:

10.1.1 – A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela DGMS – Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

10.1.2 – O CCF que apresentar Situação Cadastral com alguma restrição nos documentos por ele abrangidos, será comunicado pelo pregoeiro ou equipe de apoio, por meio eletrônico, da obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de até 30 minutos.

10.1.2.1 – O pregoeiro ou equipe de apoio, verificará, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova.

10.2 – Além do exigido no subitem 10.1, a licitante melhor classificada deverá apresentar ainda:

10.2.1 – Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel personalizado do emissor e devidamente assinado pelo responsável, que comprove que a empresa prestou ou vem prestando serviço de natureza pertinente e compatível em características e quantidade ao objeto deste edital. Para comprovação desta exigência, o licitante poderá apresentar um ou mais atestados técnicos com as especificações exigidas.

10.2.1.1 – Entende-se por pertinente e compatível em característica, o(s) atestado(s) que contemple(m) o objeto do lote pretendido;

10.2.1.2 – Entende-se por pertinente e compatível em quantidade, o(s) atestado(s) que contemple(m) um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do lote pretendido no que se refere ao limite de inscrições da prova;

10.2.2 – O **Anexo VII** – Informações da empresa vencedora para contratação - deste edital deverá ser encaminhado devidamente preenchido junto aos demais documentos de habilitação, por meio eletrônico.



10.2.3 - Os documentos exigidos para habilitação, que não estejam contemplados no CCF, deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do pregoeiro no Sistema eletrônico via “CHAT”, em até 30 (trinta) minutos, inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou no endereço eletrônico informado pelo pregoeiro.

10.2.4 - Os documentos originais exigidos para habilitação e que não estejam contemplados no CCF, poderão ser solicitados por meio físico e deverão ser apresentados em envelope fechado conforme o **Anexo V**, no endereço da sede da Fesporte.

10.3 – Da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte:

10.3.1 – O CCF das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentar situação cadastral com alguma restrição nos documentos correspondentes a regularidade fiscal por ele abrangidos, o pregoeiro ou equipe de apoio comunicará por meio eletrônico, a obrigatoriedade do encaminhamento de documento hábil correspondente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3.1.1 – A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem restrição no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, poderá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.3.1.2 – O prazo para a regularização e envio da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, corresponderá de início o momento em que o proponente for considerado inabilitado do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

10.3.1.3 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4 – Os comprovantes de regularidade fiscal exigidos, deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

10.5 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

10.6 – Os documentos quando solicitados por meio eletrônico, poderão ser inseridos como Anexos no Sistema eletrônico ou pelo endereço informado pelo pregoeiro.

10.7 – O pregoeiro fará, durante a fase de habilitação, a verificação por meio de consulta online:

10.7.1 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) (www.transparencia.gov.br);

10.7.2 – Da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br / improbidade_adm/consultar_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

11 – JULGAMENTO

11.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos em conformidade com este edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR LOTE”**.

11.2 – Se a licitante primeira classificada não apresentar a situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante.

11.3 – No caso do subitem 11.2, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.



11.4 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

11.5 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

12 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 – Qualquer pessoa, até dois dias úteis a abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório acessando os endereços eletrônicos www.portaldecompras.sc.gov.br ou e-lic.sc.gov.br, selecionando painel de controle botão Impugnações.

12.2 – O fornecedor cadastrado e qualificado para fornecimento do objeto (grupo-classe) correspondente, poderá também realizar o acesso restrito com *login* e *senha* clicando diretamente no link do processo para impugnações, selecionando painel de controle botão Impugnações.

12.3 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação, inserir Anexos imediatamente antes de fechar a janela.

12.3.1 – As impugnações registradas no Sistema, constituem meio legal de prova, desde que devidamente assinado, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

12.4 – Caso efetuem impugnações sem o uso do Sistema, estas deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

12.4.1 – Deverão ser apresentados em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo IV**, no endereço da sede da Fesporte.

12.5 – Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.

12.6 – Após a fase de habilitação, encerrados os itens/lotes e declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer contra decisões do Pregoeiro, de forma imediata e motivada, em campo próprio do Sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.6.1 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.6, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.6.2 – Para fins deste edital considera-se “imediata”, a manifestação realizada **no prazo de 30 (trinta) minutos**, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

12.7 – O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8 – O Sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir Anexos antes de fechar a janela.

12.9. – Os recursos registrados no Sistema, constituem meio legal de prova, não sendo obrigatório o encaminhamento do original.

12.10 – Caso efetuem recursos sem o uso do Sistema, estes deverão estar dirigidas à autoridade superior, subscritas por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pelo proponente, sendo obrigatório protocolo no prazo legal.

12.10.1 – Deverão ser apresentados em envelope fechado (preferencialmente opaco), de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo IV**, no endereço e horário constante no subitem 20.1.2.

12.11 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

12.12 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.13 – No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata via *CHAT* e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



13 – DA CONTRATAÇÃO

13.1 – A celebração do Contrato será formalizada com a Fundação Catarinense de Esporte, mediante a expedição da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

13.2 – Da convocação para assinatura do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento:

13.2.1 – A licitante vencedora será convocada pela Contratante, para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data da convocação.

13.2.1.1 – A licitante convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela contratante.

13.2.1.2 – Havendo recusa injustificada, por parte da licitante vencedora, para assinatura do Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, o órgão/entidade requisitante cominará multa à empresa no valor equivalente a 20% (vinte por cento), calculado sobre o valor estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e neste edital.

13.2.2 – Se a licitante vencedora não apresentar situação de habilitação regular, tiver a sua amostra ou prospecto desclassificados ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, que será declarada a vencedora do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço.

13.2.3 – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 17.493/2014.

13.3 – Da rescisão contratual

13.3.1 – A rescisão do Contrato de serviço poderá ocorrer na forma e hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.3.1.1 – Da rescisão contratual decorrerá o direito de a contratante, incondicionadamente, reter os créditos relativos ao Contrato até o limite do valor dos prejuízos causados ou em face ao cumprimento irregular do avençado, além das demais sanções estabelecidas neste edital, no Contrato e em lei, para a plena indenização do erário.

13.3.2 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009 e neste edital.

13.4 – Dos direitos da Administração

Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no artigo 77, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.5 – Da execução do Contrato

13.5.1 – São partes integrantes do Contrato/Autorização de Fornecimento a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital de licitação, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

13.5.2 – Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

13.5.3 – São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do Contrato.

13.5.4 – A licitante vencedora deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

13.6 – Da alteração do Contrato

13.6.1 – O Contrato a ser celebrado poderá ser alterado, na forma e condições estabelecidas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



13.6.1.1 – A contratada fica obrigada a aceitar, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessário até 25% do valor atualizado do Contrato, não cabendo nesse caso qualquer tipo de indenização.

13.7 – Da vigência do Contrato

Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme o disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.8 – Da fiscalização do Contrato

13.8.1 – A fiscalização, aceitação e rejeição do objeto adquirido, pelo órgão Contratante, deverá atender ao que se encontra definido no edital e seus anexos.

14– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – O pagamento da presente licitação correrá a conta dos recursos consignados no orçamento da FESPORTE via Fonte 0100 Ação 11138, Itens 33.90.39.

15 – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

15.1 – As despesas resultantes do presente pregão serão pagas de acordo com a proposta de preços apresentada pela empresa julgada vencedora, observado o que consta neste edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

15.1.2 – O preço estabelecido é fixo, único e irredutível, durante a vigência do Contrato, e inclui todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários à execução do objeto do Contrato, exceto nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

15.2 – O pagamento será:

15.2.1 – Efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome do órgão/entidade participante, devendo constar também o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

15.2.2 – Realizado por intermédio do Banco do Brasil, até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao fornecimento e/ou prestação dos serviços, contados da data de entrega e aceite, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, com a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), ou contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nelas indicados, poderá apresentá-las conjuntamente;

II – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

III – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

15.2.2.1 – A não-apresentação dos documentos enunciados no subitem anterior implicará na suspensão do pagamento até sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

15.3 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à Contratante ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

15.4 – O pagamento da fatura será suspenso se verificada execução defeituosa do Contrato e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

15.5 – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Contratante, sem que haja culpa da Contratada, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



16 – DAS SANÇÕES

16.1 – As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas no Edital, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, quais sejam:

I – Advertência;

II – Multa:

a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;

b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal.

16.2 – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

16.3 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

16.4 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

16.5 – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – Vistas e cópias obedecerão aos seguintes procedimentos:

17.1.1 – Vistas ao processo licitatório poderão ser realizadas, via Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPE, disponível no endereço eletrônico <https://sgpe.sea.sc.gov.br>, no link Consulta de Processos.

17.1.2 – Cópia deste edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://www.fesporte.sc.gov.br/>, por intermédio do link “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

17.1.2.1 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, que não sejam obtidas nos meios informados no item 2.1.

17.2 – É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização.

17.5 – A Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para jus-



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

tificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais.

17.6.1 – Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site <http://www.fesporte.sc.gov.br/>, por intermédio do *link* “Licitações” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>, e ainda, enviadas aos interessados registrados.

17.7 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e seus Anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.8 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Florianópolis-SC, 29 de novembro de 2019.

Rui Godinho da Mota
PRESIDENTE



ANEXO I

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019

QUADRO DE QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS

ITEM	GRUPO CLASSE	CÓDIGO	PRODUTO - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS	UNIDADE	QUANTIDADE
001	0224	05005-0-002	<p>Organização de eventos Organização da corrida em comemoração a reinauguração da Ponte Hercílio Luz conforme descrição abaixo: organização do evento: infraestrutura de serviços, coordenação executiva nos períodos pré, trans e pós-realização. Coordenação geral da corrida, incluindo acompanhamento de pessoal e controle logístico de materiais e equipamentos a serem utilizados durante o evento.</p> <p>OBS: Deverá estar incluso montagem e desmontagem de todos os equipamentos utilizados no evento; Cerimônia de premiação (a mesma deverá ser aprovada pela Comissão Organizadora da FESPORTE); Responsáveis pela sonorização, escolha de músicas durante todo o evento (músicas apropriadas e validadas pela Comissão Organizadora da FESPORTE); Planejamento operacional antes da prova;</p> <p>Contratação de 01 profissional para fazer a locução do evento (Qtidade 1) Consiste em repassar as informações sobre a largada e a chegada, premiação e avisos de utilidade pública.</p> <p>Controle de percurso eletrônico (Qtidade 1) Instalação de tapete para controle de passagem de atletas, através de leitura do chip no km 2,5.</p> <p>Segurança Contratação de 04 seguranças com turno de 12h. OBS.: Os seguranças deverão estar à disposição um dia antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário das 11h às 23h do dia 04/01/2020 e das 23h do dia 04/01/2020 às 11h do dia 05/01/2020. Deverá incluir uniforme adequado com identificação. Sendo 2 seguranças para o dia anterior à corrida, e 2 seguranças para o dia da corrida, com turnos de 12h.</p> <p>Montagem do pré-evento Contratação de 04 (quatro) profissionais para montagem de estruturas e posicionamento de insumos do pré-evento, com turnos de 6h. OBS.: Os profissionais deverão estar à disposição um dia antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário das 9h às 21h do dia 04/01/2020.</p> <p>Montagem e desmontagem do evento Contratação de 06 (seis) profissionais para montagem e desmontagem de estruturas e posicionamento de insumos</p>	Por serviço	1



			<p>do evento, com turnos de 12h.</p> <p>OBS.: Os profissionais deverão estar à disposição antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário das 06h às 18h do dia 05/01/2020.</p> <p>Equipe de limpeza</p> <p>Contratação de 08 (oito) profissionais de limpeza (fixo e volante) acompanhando todo o percurso e na concentração, garantindo a limpeza do ambiente, com turno de 6h.</p> <p>OBS.: Os profissionais deverão estar à disposição antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário das 06h às 12h (turno de 6h). Deverá incluir uniforme adequado com identificação, bem como materiais necessários para a respectiva atividade. Sendo 8 profissionais.</p> <p>Sistema de som</p> <p>Equipamento de som para espaço aberto, com alcance para público de 5.000 pessoas, operador, mesa, 6 caixas de som, 02 microfones de grande alcance sem fio com pilha, a ser montado com 2 horas de antecedência do horário do início do evento (previsto para às 8h do dia 05/01/2020) até a sua finalização, com ART e demais itens necessários à instalação e funcionamento do sistema.</p> <p>Banheiros químicos femininos</p> <p>Locação de 12 (doze) banheiros químicos femininos, individuais e portáteis, confeccionados em polietileno em alta densidade, resistente e totalmente lavável com teto translúcido, piso antiderrapante, orifício para ventilação, trava interna de segurança, com indicação de livre/ocupado, contendo vaso sanitário. Medindo aproximadamente 2m de altura, 1,2m de profundidade. Abertura de portas de aproximadamente 180°, volume de tanque de aproximadamente 220 litros. Limpeza dos banheiros durante o evento (no mínimo 1 limpeza entre às 8h e às 10h do dia 05/01/2020), incluindo reposição de papel higiênico. Obrigatório realizar sucção, transporte e tratamento conforme legislação vigente.</p> <p>Banheiros químicos masculinos</p> <p>Locação de 09 (nove) banheiros químicos masculinos, individuais e portáteis, confeccionados em polietileno em alta densidade, resistente e totalmente lavável com teto translúcido, piso antiderrapante, orifício para ventilação, trava interna de segurança, com indicação de livre/ocupado, contendo vaso sanitário. Medindo aproximadamente 2m de altura, 1,2m de profundidade. Abertura de portas de aproximadamente 180°, volume de tanque de aproximadamente 220 litros. Limpeza dos banheiros durante o evento (no mínimo 1 limpeza entre às 8h e às 10h do dia 05/01/2020), incluindo reposição de papel higiênico. Obrigatório realizar sucção, transporte e tratamento conforme legislação vigente.</p> <p>Banheiros químicos - Portadores de Necessidades Especiais (PNE) (Qtidade 2)</p> <p>Locação de 02 (dois) banheiros químicos para Portadores</p>		
--	--	--	--	--	--



			<p>de Necessidades Especiais , individuais e portáteis, confeccionados em polietileno em alta densidade, resistente e totalmente lavável com teto translúcido, piso antiderrapante, orifício para ventilação, trava interna de segurança, com indicação de livre/ocupado, contendo vaso sanitário. Medindo aproximadamente 2m de altura, 1,2m de profundidade. Abertura de portas de aproximadamente 180°, volume de tanque de aproximadamente 220 litros.</p> <p>Limpeza dos banheiros durante o evento (no mínimo 1 limpeza entre às 8h e às 10h do dia 05/01/2020), incluindo reposição de papel higiênico. Obrigatório realizar sucção, transporte e tratamento conforme legislação vigente.</p> <p style="text-align: center;">UTI Móvel (Qtidade 2)</p> <p>Contratação de 2 ambulâncias na configuração UTI móveis, equipadas com equipe médica compatível. OBS.: Os profissionais deverão estar à disposição antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário mínimo das 06h às 11h do dia 05/01/2020.</p> <p style="text-align: center;">Direção Técnica do Percurso (Qtidade 1)</p> <p>Profissional responsável pela Coordenação Técnica da prova.</p> <p>OBS.: Obrigatoriamente deverá ser profissional de Educação Física com registro no respectivo Conselho. Deverá estar à disposição antes do início do evento, bem como deverá estar disponível até a finalização do mesmo, compreendendo o horário mínimo das 06h às 11h do dia 05/01/2020.</p> <p style="text-align: center;">Coordenadores dos setores (Qtidade 4)</p> <p>Contratação de 04 (quatro) profissionais responsáveis por coordenar a largada/chegada (1 pessoa), Guarda-Volumes (1 pessoa), hidratação (1 pessoa), percurso (1). OBS.: Os profissionais deverão estar à disposição antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário mínimo das 06h às 11h do dia 05/01/2020.</p> <p style="text-align: center;">Apoiadores dos setores (staffs)</p> <p>Contratação de 33 (trinta e três) profissionais responsáveis pelo apoio na largada/chegada (3), Guarda-Volumes (3), hidratação (12), percurso (15). OBS.: Os profissionais deverão estar à disposição antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário mínimo das 06h às 11h do dia 05/01/2020.</p> <p style="text-align: center;">Recepcionistas - área de autoridades (Qtidade 3)</p> <p>Referente à contratação de 3 (três) recepcionistas uniformizadas e padronizadas:</p> <ul style="list-style-type: none">- saia estilo secretária, meia calça preta, blusa preta e blazer, ou terninho;- sapatos pretos;- cabelos presos e maquiadas;- devidamente treinadas para a recepção dos convidados, registro de autoridades, <p>OBS.: As profissionais deverão estar à disposição antes do início do evento, bem como deverão estar disponíveis até a</p>	
--	--	--	---	--



			<p>finalização do mesmo, compreendendo o horário mínimo das 06h às 11h do dia 05/01/2020.</p> <p>Batedores (Qtidade 2) Contratação de 02 (dois) Guia dos primeiros colocados (masculino e feminino), que faz o percurso com bicicleta garantindo a passagem dos ponteiros de maneira segura.</p> <p>PPCI Projeto e Liberação (Qtidade 1) Projeto de Prevenção de Incêndio, para protocolo no Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, assinado por profissional registrado no CREA.</p> <p>Brigadista (Qtidade 2) CONtratação de 02 (dois) profissionais Responsáveis pela orientação, prevenção e atendimento primário aos atletas. Turno de 6h, devendo estar à disposição antes do início do evento, bem como disponíveis até a finalização do mesmo, compreendendo o horário mínimo das 06h às 12h do dia 05/01/2020.</p> <p>Extintor de incêndio (Qtidade 6) 4 extintores de Pó Químico e 2 extintores de CO²</p> <p>Camisetas para a corrida (Qtidade 2.200) Camiseta em Poliéster GOLDRY 125gr. Manga curta. Gola careca com pesponto. Estampa em Sublimação total. Proporção dos tamanhos: 20% P; 30% M; 40% G; 10% GG. OBS.: As camisetas deverão ser entregues até o dia 02/01/2020, às 10h na FESPORTE. Modelo em conformidade a imagem do ANEXO I Tamanho em conformidade com o Anexo VI.</p> <p>Camisetas para o apoio (Qtidade 100) Camiseta em Poliéster GOLDRY 125gr. Manga curta. Gola careca com pesponto. Estampa em Sublimação total. Proporção dos tamanhos: 20% P; 30% M; 40% G; 10% GG. OBS.: As camisetas deverão ser entregues até o dia 02/01/2020, às 10h na FESPORTE. Modelo em conformidade a imagem do ANEXO II Tamanho em conformidade com o Anexo VI.</p> <p>Número de peito (Qtidade 2.200) Números de peito com papel PI 120 com até 2 picotes. Tamanho papel A5 (paisagem) OBS.: Deverão ser entregues até o dia 02/01/2020, às 10h na FESPORTE.</p> <p>Chip descartável (Qtidade 2.200) Chip eletrônico descartável de cronometragem, o qual deverá ser acoplado ao número de peito. OBS.: Deverão ser entregues até o dia 02/01/2020, às 10h na FESPORTE.</p> <p>Sacolas para entrega das camisetas (Qtidade 2.200) Sacolas em Plástico PEBD; Pigmento Branco; Impressão 1 cor Preto + Verde / 2 lados; Alça Cordão Preto; Aditivo Oxi-Biodegradável incluso.</p>		
--	--	--	---	--	--



			<p>Formato: 35x45cm + 4 de sanfona fundo + 6 de reforço na bainha;</p> <p>OBS.: As sacolas deverão ser entregues até o dia 02/01/2020, às 10h na FESPORTE. Modelo deverá conter as logomarcas do Governo de Estado de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) e logomarca Viva a Ponte Hercílio Luz.</p> <p>Modelo em conformidade a imagem do ANEXO III</p> <p>Medalhas (Qtidade 2.200)</p> <p>Confecção de medalhas luxo em alto relevo personalizadas contendo gravação na frente com a logomarca Viva a Ponte Hercílio Luz e no verso a logomarca do Governo de Estado de Santa Catarina e Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE). Tamanho: diâmetro medindo 10cm, com fita de cetim serigrafada com as logomarcas: Viva a Ponte Hercílio Luz, Governo de Estado de Santa Catarina e Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE).</p> <p>Modelo em conformidade a imagem do ANEXO IV</p> <p>Troféus (Qtidade 20)</p> <p>Cinco troféus, naipes masculino (com colocação do 1º ao 5º lugar. Exemplo: 5km - 1º Lugar Geral Masculino); Cinco troféus, naipes feminino (colocação do 1º ao 5º lugar. Exemplo: 5km - 2º Lugar Geral Feminino); Dez troféus sem colocação.</p> <p>Produzidos no layout conforme Anexo V.</p> <p>Base em madeira (MDF), largura 15cm e altura 4cm, com logomarcas feitas à laser.</p> <p>Estrutura superior à base composta por acrílico cristal, com coloração de fundo dourada. Aplicação posterior de adesivo em 4 cores na superfície do acrílico. Altura: 10 cm (4cm da base de madeira + 6cm da Logo). Espessura da logo 0,5cm.</p> <p>Água potável (Qtidade 330)</p> <p>330 caixas com 48 unidades de 200 ml;</p> <p>Frutas (Qtidade 2000)</p> <p>Bananas</p> <p>Frutas (Qtidade 1000)</p> <p>Maçãs</p> <p>Gelo (Qtidade 50)</p> <p>50 sacos de 10 kg (escama)</p> <p>Cone grande (Qtidade 600)</p> <p>Cones de 75 cm de altura</p> <p>Cone pequeno (Qtidade 250)</p> <p>Cones de 50 cm de altura</p> <p>Cochos para hidratação (Qtidade 3)</p> <p>Estrutura em formato de U para comportar os copos plásticos, apoiado em estrutura metálicas que fiquem em altura que o atleta não precise se curvar para pegar a hidratação.</p>		
--	--	--	---	--	--



			<p>Cochos para dispersão (Qtidade 2) Estrutura em formato de U para comportar os copos plásticos, apoiado em estrutura metálicas que fiquem em altura que o atleta não precise se curvar para pegar a hidratação.</p> <p>Mobiliário para área de autoridades (Qtidade 1) Mobiliário para 50 pessoas: Composto por balcão aparador para registro de autoridades, 10 puffs grandes, 3 mesas redondas, 4 lixeiras 60 litros, 15 banquetas, 20 cadeiras e demais itens necessários à área.</p> <p>Tendas (Qtidade 7) 1 tenda para área das medalhas, medindo 6x3m formato Stall Up; 1 tenda para área das frutas, medindo 6x3m formato Stall Up; 1 tenda para área médica medindo 6x3m formato Stall Up; 1 tenda para área de guarda-volume medindo 6x3m formato Stall Up; 3 tendas para área de autoridades medindo 6x3m formato Stall Up; OBS.: Devidamente sinalizadas e instaladas no local do evento com 2 horas de antecedência do horário do início do evento.</p> <p>Tendas (Qtidade 2) 1 tenda para área da cronometragem, medindo 3x3m formato Stall Up; 1 tenda para área da sonorização, medindo 3x3m formato Stall Up; OBS.: Devidamente sinalizadas e instaladas no local do evento com 2 horas de antecedência do horário do início do evento.</p> <p>Estruturas Box truss (Qtidade 1) Pórtico Largada/Chegada Estrutura de Q20 com 8x4m medidas externas, laterais 1x3m;</p> <p>Estruturas Box truss (Qtidade 1) Backdrop de premiação Estrutura de Q15 com 6x3m (pé de 1m);</p> <p>Estruturas Box truss (Qtidade 1) Backdrop de entrega de kits Estrutura de Q150 com medida 3x2m;</p> <p>OBS: Este backdrop deverá estar montado até o dia 02/01/2020 às 10h, anteriormente a retirada dos kits para a corrida. Montagem na FESPORTE.</p> <p>Backdrop de premiação (Qtidade 1) Referente à confecção de 01 backdrop para a premiação, tamanho 6m x 3m. Montagem na ponte Hercílio Luz com acabamento em treliça, lona contendo as logomarcas do Governo de Estado de Santa Catarina, Fundação</p>		
--	--	--	--	--	--



			<p>Catarinense de Esporte (FESPORTE) e logomarca Viva a Ponte Hercílio Luz.</p> <p>Backdrop de entrega de kits (Qtidade 1) Referente à confecção de 01 backdrop para a entrega de kits, tamanho 3m x 2m. Acabamento em treliça, lona contendo as logomarcas do Governo de Estado de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) e logomarca Viva a Ponte Hercílio Luz. OBS.: Este backdrop deverá estar montado até o dia 02/01/2020 às 10h, anteriormente a retirada dos kits para a corrida. Montagem na FESPORTE.</p> <p>Grades (Qtidade 120) Grades de aço galvanizada medindo 2x1,2m</p> <p>Gerador (Qtidade 1) Gerador com 250 KAW ligado durante todo o evento.</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 1) Pórtico largada/chegada (testeira) - 8x1m lonas com ilhós Pórtico largada/chegada (lateral) - 8x1m lonas com ilhós Pórtico largada/chegada (lateral) - 8x1m lonas com ilhós OBS: os materiais deverão conter as logos do Governo do Estado, FESPORTE e Viva a Ponte, conforme assessoria de comunicação desta Fundação.</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 5) Placas de PS para identificação do pódio OBS: os materiais deverão conter as logos do Governo do Estado, FESPORTE e Viva a Ponte, conforme assessoria de comunicação desta Fundação.</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 24) Lonas para grades (largada/chegada) - 1,7x0,8m Referente à confecção de lona, contendo as logomarcas do Governo de Estado de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) e logomarca Viva a Ponte Hercílio Luz.</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 1) Lona formato faixa (largada/chegada) - 7x0,3m dupla face Referente à confecção de lona, contendo as logomarcas do Governo de Estado de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Esporte (FESPORTE) e logomarca Viva a Ponte Hercílio Luz.</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 4) Placas PS com adesivo para identificação das tendas 1,20x0,80m</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 10) Adesivo trânsito livre 0,3x0,3m</p> <p>Comunicação visual (Qtidade 6) 4 Placas de km em lona com ilhós medindo 1x1m 1 Placa de desvio - seta com medida de 2x1m 1 Placa de retorno no km 2,5 com medida de 2x1m</p> <p>Licenças/Autorizações (Qtidade 1)</p>		
--	--	--	--	--	--



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE – FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL

			<p>A empresa contratada ficará responsável pela entrega de ofícios e recolhimento das licenças e autorizações que se fizerem necessárias para realização do evento tais como: Permit da Federação Catarinense de Atletismo (FCA); Taxas/trâmites municipais - FLORAM - DESON - DILIC; Taxas/trâmites municipais - Vigilância Sanitária e Guarda Municipal; Taxas Polícia Militar; Taxas Polícia Militar Rodoviária Estadual; Taxas trâmites estaduais - Polícia Civil; Taxas trâmites federais - SPU; Taxas trâmites Bombeiros.</p> <p>Medição oficial da prova pela FCA (Qtidade 1)</p> <p>Homologação da prova pela FCA (Qtidade 1)</p> <p>Arbitragem da FCA (Qtidade 1) Responsável pela arbitragem e elaboração do relatório geral do evento da corrida na ponte Hercílio Luz.</p> <p>Seguro (Qtidade 1) A empresa responsável pela corrida da ponte Hercílio Luz deverá contratar uma apólice de seguro de responsabilidade apropriada para cobrir os riscos para os quais a organização da prova pode ter imputada responsabilidade, incluindo qualquer acidente que possa ocorrer para atletas, árbitros, staffs e espectadores. Apólice mínima: R\$ 20 mil (morte acidental); R\$ 20 mil (invalidez permanente); R\$ 2 mil (despesas médicas, hospitalares e odontológicas).</p> <p>ECAD (Qtidade 1) Referente a autorização de música durante o evento. Licenciamento prévio para utilização junto ao Ecad, conforme aLei n. 9.610 de 2008.</p>		
--	--	--	--	--	--



ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019

LAYOUT CAMISETA PARA CORRIDA



LAYOUT CAMISETA PARA APOIO





SACOLA PARA ENTREGA



MEDALHAS

MEDALHA
OURO





TROFÉU

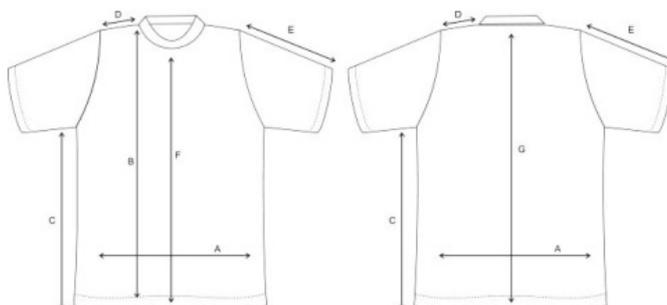
TROFÉU
CAMPEÃO GERAL



MEDIDAS CAMISETA

MEDIDA CAMISETA

Tam.	A	B	C	D	E	F	G
P	54	73	46.5	11.5	23	61.5	71.5
M	56	75.5	48	12	24.5	64	74
G	58	78	49.5	13	26	66.5	76.5
GG	62	80.5	51	14	27.5	68.5	79





ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019 CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. A entrega dos kits será realizada na sede Fesporte por equipe designada pela Contratante.
2. Todos os prestadores de serviço deverão se apresentar nos horários indicados no Anexo I, sob pena das sanções estabelecidas sem Edital.
3. A prova terá início às 08h do dia 05 de janeiro de 2019, ressalvada a disposição em contrário pela Fesporte.
4. A largada da prova deverá realizar-se na cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz, seguindo o trajeto pela ponte até a Avenida Beira-Mar Continental, retornando e finalizando na mesma cabeceira insular, permitidos ajustes técnicos homologados pela Fesporte.
5. Todo o *staff* do evento deverá estar devidamente identificado e uniformizado.
6. A montagem e desmontagem de todos os equipamentos utilizados no evento é de responsabilidade da Contratada;
7. A cerimônia de premiação é de responsabilidade da Contratada e deverá ser aprovada pela Comissão Organizadora da FESPORTE;
8. Deverá haver coleta seletiva do lixo, devidamente SINALIZADA, (plásticos e orgânicos) e quantidade suficiente de lixeiros distribuídos ao longo do percurso em pontos fixos, revezando com os pontos de água.
9. A CONTRATANTE reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do(s) objeto(s) ofertados e entregues, proceder à análise técnica e de qualidade do(s) objeto(s), diretamente ou através de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.
10. A CONTRATADA, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.
11. O aceite dos serviços pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
12. Os serviços prestados deverão atender a legislação a eles pertinentes.
13. Todos os itens mencionados no termo de referência e demais que se fizerem necessários a adequada realização do evento são de responsabilidade da Contratada.
14. Fica vedada a vinculação de publicidade de qualquer marca ou produto vinculada ao evento, ressalvadas as hipóteses previamente autorizadas pela Fesporte.



ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

The screenshot shows a web browser window titled 'PORTAL DE COMPRAS - AMBIENTE DE HOMOLOGAÇÃO'. The page displays a bid form for 'Editais Pregão Eletrônico PE-30/2011 - Nº do processo PE-30/2011 - teste para o Isak'. The form is divided into two sections: '1 obras de arte' and '2 pratos'. Each section contains a table with columns for '#', 'Descrição', 'Marca', 'Modelo', 'Procedência', and 'Valor da proposta (R\$)'. Below each table, there is a 'Proposta do lote incompleto' message. The right sidebar contains a 'Painel de controle' with links for 'Inscrição', 'Resumo do edital', 'Critérios de julgamento e anexos', 'Relatório', 'Parar', 'Recursos', and 'Intenções de recurso'. The bottom of the browser shows the 'Concluído' status and the 'Internet' icon.

1 – Sob pena de desclassificação, deverá ser preenchido para **cada item** do objeto cotado, no campo correspondente:

a) Preço unitário do item, expresso em reais;

*Esta imagem (.jpeg) é meramente ilustrativa e poderá não contemplar todas as atualizações que possam ser implementadas no Sistema (updates), como layouts e campos informativos.



ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2019

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE - FESPORTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRONICO Nº 00088/2019
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAC-SIMILE / E-MAIL –
ENVELOPE E IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO
PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO



ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019

RECIBO DE DOCUMENTOS

Declaro que recebi no protocolo da Fundação Catarinense de Esporte - FESPORTE, sito à Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº79, Capoeiras | Florianópolis/SC, o envelope contendo Documentos Adicionais, Laudos, Amostras e Prospectos, para serem anexadas ao pregão eletrônico nº 0088/2019, da empresa:

Observações: 1) Deverá ser anexado na parte externa do envelope da proposta;
2) Não pode conter rasuras;
3) Válido somente com carimbo e visto do protocolo.



ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019

INFORMAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA PARA CONTRATAÇÃO

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Telefone: ()

Fac-simile: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante legal/Nome:

CPF:

Documento de identidade:

Cargo/Função na empresa:

Telefone: () Celular: ()

Fac-simile: ()

Local e data,

OBS: Em caso de representante, por meio de procuração, para assinatura do contrato, informar dados do representante.

NOME, CARGO E ASSINATURA
DO REPRESENTANTE DA EMPRESA



ANEXO VIII
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 0088/2019
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
..... QUE ENTRE SI CELE-
BRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTER-
MÉDIO DA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE E
A EMPRESA

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da FUNDAÇÃO CATARINENSE DE ESPORTE, com sede na Rua Comandante José Ricardo Nunes, nº 79 - Capoeiras – Florianópolis/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 73.360.505/0001-30, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor, portador do CPF nº, e de outro lado a empresa,, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob o nº, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu, senhor, portador do CPF nº, firmam o presente instrumento de Contrato, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, e demais normas legais federais e estaduais vigentes

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto do presente Contrato a prestação do serviço de(OBJETO DA LICITAÇÃO), referente aos **itens/lotes nº.....** com as características constantes da proposta julgada vencedora do pregão eletrônico nº 00XX/2019 e seus Anexos, para atender as necessidades da CONTRATANTE, conforme abaixo:

§ 1º – A qualidade e especificações do objeto fornecido deverá atender à legislação especial federal, estadual e/ou municipal aplicáveis.

§ 2º – A entrega dos produtos dar-se-á no prazo máximo de até (.....) dias, contados da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual prazo mediante justificativa aceita pela Contratante.

§ 3º – O objeto será entregue e instalado pela contratada, nos locais indicados pela contratante do Edital de Pregão Eletrônico nº 00XX/2019, pelo preço contratado, sem nenhum custo adicional (seguros, impostos e taxas, instalação, transporte, frete ou qualquer outro encargo necessário à execução do objeto do Contrato), mediante Autorização de Fornecimento/Contrato, a ser emitida pela CONTRATANTE.

§ 4º – Todo o material utilizado na execução do objeto será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

§ 5º – São partes integrantes deste contrato, como se transcritos estivessem, o Edital de licitação – pregão eletrônico nº 00XX/2019 e seus Anexos, a proposta, os documentos e informações apresentadas pela licitante vencedora e quaisquer complementos que deram suporte ao julgamento da licitação.

§ 6º – Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por ter-



ceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.

§ 7º – Os empregados a serviço da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE.

§ 8º – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei Estadual nº 16.493, de 5 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Preço, das Condições de Pagamento, Atualização por Inadimplemento e do Reajuste.

Do Preço

I – A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste contrato de acordo com a proposta apresentada - Edital de Pregão Eletrônico nº 00XX/2019, o valor total de R\$ (.....), conforme cláusula primeira.

II – Do reajuste de preço – O preço estabelecido é fixo, único e irrevogável, durante a vigência do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento, estando inclusos todos e quaisquer ônus, quer sejam tributários, fiscais ou trabalhistas, seguros, impostos e taxas, transporte, frete e quaisquer outros encargos necessários ao fornecimento e instalação do objeto do Contrato e/ou Autorização de Fornecimento.

III – A revisão dos preços poderá ser concedida, pelo CONTRATANTE, a partir da análise e discussão de planilha que demonstre a alteração dos custos, a ser encaminhada pela CONTRATADA à (ao) CONTRATANTE, nos termos do art. 65, inc. II, letra “d” da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Das Condições de Pagamento

§ 1º – A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor devido, por intermédio do Banco do Brasil, até o vigésimo dia do mês subsequente ao fornecimento, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Órgão requisitante, devendo constar CNPJ, o número da licitação, e da Autorização de Fornecimento e/ou Contrato.

§ 2º – O pagamento será liberado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I – Certidão de Débitos expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

II – Certidão de Regularidade Fiscal relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF/FGTS;

III – Certidão Negativa de Débitos Estadual, de Santa Catarina e do Estado sede da empresa;

IV – Certidão Negativa de Débitos Municipal, do Município sede da empresa;

V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

§ 3º – A não apresentação do documento enunciado no parágrafo anterior implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

§ 4º – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 5º – O pagamento da fatura será suspenso se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

§ 6º – A alíquota do ICMS a ser aplicada será considerada aquela fixada para as operações internas no estado de origem, conforme disposto no artigo 155, inciso VII, alínea “b” da Constituição Federal.

Da Atualização por Inadimplemento

§ 7º – Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.



CLÁUSULA TERCEIRA – Da Dotação Orçamentária

O pagamento do presente Contrato correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento da(o),
Ação:, Elemento de Despesa:, Fonte:

CLÁUSULA QUARTA – Dos Prazos

§ 1º – Da prazo de entrega:

Os prazo de entrega respeitaram o determinado em edital, como segue
xxxxxxx

O prazo de entrega final do objeto é de até XX (XX) dias a contar da assinatura do contrato.

§ 2º – De vigência do Contrato:

O prazo de vigência do contrato é até a execução completa do evento.

CLÁUSULA QUINTA – Das Obrigações das Partes

Da Contratada

- a) efetuar a entrega do objeto, de acordo com as especificações e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;
- b) entregar os objetos adjudicados de acordo com o endereço de entrega estabelecido no edital, sem qualquer ônus para o órgão Contratante.
- c) reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o(s) material(is) em que se verifique(m) danos em decorrência do transporte, instalação, bem como providenciar a imediata substituição do(s) mesmo(s);
- d) assumir a responsabilidade pelos encargos sociais e outros pertinentes ao fornecimento do(s) material(is), bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o(s) mesmo(s);
- e) mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seus produtos, responder inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação, instalação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- f) manter, durante toda a execução da relação contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g) indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- h) submeter-se à fiscalização por parte do Contratante;
- i) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, exceto quando autorizado formalmente pela Contratante, respeitando-se os limites e preceitos legais.

Da Contratante

- a) comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à entrega do objeto;
- b) pagar à Contratada o preço ajustado, de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital de Pregão Eletrônico n° 00XX/2019;
- c) rejeitar, no todo ou em parte, o(s) material(is) entregue(s) pela Contratada fora das especificações do edital;
- d) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – Da Alteração Contratual por Aditamento



Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, observadas as disposições do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e modificações ulteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, com assento no Capítulo III, Seção V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos seguintes casos:

- I – por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- II – amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, mediante formalização através de aviso com antecedência mínima de 30 dias, não cabendo indenização de qualquer das partes, exceto para pagamento dos fornecimentos comprovadamente prestados;
- III – judicialmente, na forma da legislação vigente;
- IV – a rescisão contratual determinada por ato unilateral, em que constatado o descumprimento do avençado, acarreta as seguintes conseqüências para a CONTRATADA, sem prejuízo das sanções previstas:
 - a) execução dos valores das multas e indenizações devidas à CONTRATANTE;
 - b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – Das Sanções Administrativas

O não cumprimento das normas de licitação e obrigações contratuais assumidas, sujeitam à Contratada as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa:
 - a) 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%;
 - b) 10% em caso da não entrega do objeto, não execução do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- III – Suspensão do direito de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 anos quando a Contratada dentro do prazo de validade da sua proposta:
 - a) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - b) ensejar o retardamento da execução do objeto contratado;
 - d) não mantiver a proposta;
 - d) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
 - e) comportar-se de modo inidôneo;
 - f) cometer fraude fiscal.

§ 1º – Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou Contratada.

§ 2º – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 3º – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

§ 4º – Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – Da Fiscalização

A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo GESTOR, **através da**, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento, fiscalização e execução contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA –Da Vinculação

Vincula-se o presente Contrato às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o Edital de Pregão Presencial nº 0118/2016, à proposta da CONTRATADA, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital, do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, para serem dirimidas questões originárias da execução do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Florianópolis/SC, xx de xxxxx de 2019.

.....
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

Assinatura

Assinatura

CPF/MF

CPF/MF